



MULHERES 'LIVRES' X MULHERES 'UNIVERSAIS': OS DISCURSOS POLÍTICO-TEOLÓGICOS DE RESSIGNIFICAÇÃO DO PAPEL FEMININO COMO PRESSUPOSTOS DA (NÃO) EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO BRASIL

Nicole Garske Weber¹

Gabriela Marques²

RESUMO: O crescimento da Bancada Religiosa/Evangélica no Congresso Nacional e a ascensão de uma política de extrema direita têm preocupado grupos específicos e historicamente prejudicados pelas correntes ortodoxas cristãs e políticas, como por exemplo, as mulheres. O presente trabalho revela a força das igrejas neopentecostais e do discurso sobre o papel feminino ideal, pregado por estas. Para construção e embasamento do estudo, inicialmente são evidenciados os direitos conquistados pelo movimento feminista através da história. Na sequência, discorre a respeito da conexão entre religião e política no Brasil, demonstrando de que forma o papel feminino é idealizado e difundido pela utopia neo-cristã. Por fim, verifica se o discurso teológico-político neo-cristão, já presente, significa um avanço ou retrocesso, para a efetivação da autonomia, liberdade e dignidade da mulher moderna no Brasil, bem como se fomenta ou não demais violências ou passividade ante estas. Para tal construção, utiliza-se o método hipotético dedutivo como metodologia de abordagem. No que concerne às técnicas,

¹ Mestranda em Direito com Bolsa CNPq na área de concentração em Direitos Sociais e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Integrante do grupo de pesquisas Direito, Cidadania & Políticas Públicas, coordenado pela Prof. Pós-Dra. Marli M. M. da Costa, ligado ao PPGD/UNISC, certificado pelo CNPq. Conselheira Municipal do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Mulheres (CMDM) de Santa Cruz do Sul. Membro da Comissão Especial da Mulher Advogada – OAB/RS Subseção de Santa Cruz do Sul. Advogada. Ativista feminista. E-mail: nicoleweber@mx2.unisc.br

² Graduanda do Curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Integrante do grupo de pesquisas Direito, Cidadania & Políticas Públicas, coordenado pela Prof. Pós-Dra. Marli M. M. da Costa, ligado ao programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado – da UNISC, e certificado pelo CNPq. E-mail: gabrielamarques.ms@gmail.com



o aprofundamento do estudo será realizado com base em pesquisa bibliográfica, baseada em dados secundários como livros, artigos científicos, publicações avulsas, revistas e periódicos qualificados dentro da temática proposta. A 'mulher virtuosa de Deus', de fato, é uma mulher livre?

Palavras-chaves: Direitos da mulher. Feminismo. Mulheres. Política. Teologia.

ABSTRACT: The growth of the Religious/Evangelical Bench in the National Congress and the rise of an extreme right-wing policy have preoccupied specific groups historically hampered by christian orthodox and political currents, such as women. The present work reveals the strength of the neo-Pentecostal churches and the discourse on the ideal feminine role, preached by them. For the construction and foundation of the study, initially the rights conquered by the feminist movement through history are evidenced. In the sequence, it discusses the connection between religion and politics in Brazil, demonstrating how the feminine role is idealized and diffused by the neo-Christian utopia. Finally, it verifies whether the neo-Christian theological-political discourse, already present, means an advance or retreat, for the realization of the autonomy, freedom and dignity of the modern woman in Brazil, as well as whether or not it foments other violence or passivity before these. For this construction, the hypothetical deductive method is used as the approach methodology. Regarding the techniques, the study will be further developed based on bibliographic research, based on secondary data such as books, scientific articles, journals, magazines and periodicals qualified within the proposed theme. Is 'the virtuous woman of God,' in fact, a free woman?

Keywords: Feminism. Politics. Rights of women. Theology. Women.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país repleto de contradições. A título de exemplo: ao mesmo tempo em que o brasileiro orgulha-se da vigência de uma Constituição modelo, a qual enaltece as liberdades civis, as garantias individuais e que tem a dignidade da pessoa humana como um de seus princípios norteadores, observa-se que muitas



a de Nossa Senhora, mãe de Jesus, por seu exemplo de castidade e pudor. Já o homem, por sua vez, deveria corresponder ao papel de autoridade para a esposa e filhos, os quais deviam-lhe submissão e obediência. Neste sentido,

A igreja católica explorou as relações de dominação que presidiam o encontro de homem e mulher dentro de casa, incentivando a última a ser exemplarmente submissa. A relação de poder já implícita na escravidão se reproduzia nas relações mais íntimas entre marido e mulher, condenando esta a ser uma escrava doméstica, cuja existência se justificasse em cuidar a casa, cozinhar, lavar roupa, servir o chefe da família com sexo, dando-lhe filhos que assegurassem sua descendência e servindo como modelo para a sociedade com que sonhava a igreja (DEL PRIORE. 2013, p. 13)

Desta forma, a religião passou a ditar o comportamento adequado à mulher, enraizando e perpetrando o seu código moral, sem sofrer quaisquer tipos de confrontações até o período correspondente ao fim do século XVIII e meados do século XIX. Ou seja, durante centenas de anos, a mulher equivaleu a um ser inferior ao homem, equiparada aos incapazes e deficientes, devendo ser tão submissa e obediente quanto um escravo, sem que houvesse grandes contestações. Não podia ter acesso à educação, à política, ao trabalho, qualquer tipo de independência ou aos espaços públicos de modo geral. Deveria manter-se enclausurada no ambiente doméstico, provendo a manutenção do lar e a educação dos filhos sem que houvesse questionamentos quanto a esta condição supostamente planejada por Deus. (DEL PRIORE, 2013).

Por conseguinte, somente mulheres casadas eram dignas de respeito. Se solteiras por muito tempo, eram julgadas indecentes. Mulheres não podiam circular pelos espaços públicos por motivo diverso ao comparecimento à missa, com exceção das prostitutas. Nem mesmo o próprio corpo pertencia à mulher, mas sim ao seu marido. Caso o marido lhe forçasse a realizar atos sexuais, tal ato jamais seria considerado estupro (conjugal) e as traições deveriam ser toleradas. Da mesma forma, se uma moça solteira fosse estuprada por outrem e por ventura o ato resultasse em gravidez, a penalidade imposta ao sujeito seria apenas o casamento ou a indenização da família pela virgindade perdida. Não era violência contra um ser humano, era uma violação de propriedade. Os números atuais de estupro, feminicídio e de violência contra a mulher em geral, demonstram ainda hoje, o quão difícil é o desprendimento desta noção injusta e cruel das relações de poder entre os gêneros.



Além das restrições impostas ao sexo feminino ao que tange a participação cidadã como um todo, Del Priore (2013), deixa muito evidente que, desde o início da colonização brasileira, somente a mulher casada era vista como uma mulher de respeito, mas, ainda que casada, a esposa deveria contentar-se com uma vida tediosa, na qual deveria empregar o seu tempo fazendo bolos, bordados e costuras. Inevitável não relacionar este artigo ao *best-seller* 'O Conto da Aia' de Margaret Atwood, de 1985, mas que atualmente tornou-se um dos livros mais vendidos do mundo, inclusive dando embasamento à premiada série *The Handmaid's Tale*. A obra fala sobre o domínio premeditado de um governo ditador de extrema direita fanático-cristão, nos tempos atuais, onde, numa sociedade infértil, instaurada a violência, justificado pelas palavras da Bíblia, o papel da mulher mais uma vez é de demasiada submissão, transformando-as em aias, ou seja: 'úteros com duas pernas'. Mais uma vez, o papel da mulher é único e exclusivamente para reprodução. E porque esta obra tornou-se imenso sucesso somente quinze anos depois de sua publicação? Embora seja uma distopia impensável, dado o cenário imposto e os discursos pregados, é o que se teme com as novas ascensões de governos de extrema direita.

Nos últimos anos, a atuação da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados tem mostrado a sua força, conseguindo avançar em propostas mais conservadoras, como por exemplo, a retirada do termo 'gênero' do Plano Nacional de Educação, segundo especialistas em sociologia da religião, as vitórias se devem a alianças feitas com parlamentares católicos e espíritas. Hoje, esta bancada representa 16% do Congresso (EL PAÍS, https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378_127760.html). Sabe-se que esta turma une-se para barrar pautas que atrapalham o movimento feminista e LGBT.

Vive-se num país com desigualdade econômica imensa e pouquíssima presença do Estado nas periferias urbanas, onde os serviços públicos fazem-se demasiado deficitários. A força dessa bancada se dá através de uma população extremamente carente de bens materiais e equipamentos urbanos e não tem para onde recorrer em casos de dificuldades. As igrejas pentecostais oferecem um espaço público, de acolhimento, que vai, de certa maneira, preencher um vazio



proporcionado pelo Estado. A Igreja Católica quando muito tem uma porta na sacristia aberta, enquanto a Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus, por exemplo, sempre têm. É nesse espaço que a população carente encontra acolhida e constrói uma rede social.

Estas religiões têm trazido em seu âmago, traumas femininos – superados ocidentalmente - do passado, ou seja, de uma forma generalizada, a capacidade feminina que era absolutamente subjugada. De contrapartida, apesar da condição opressora que pairava à época, ainda assim algumas figuras femininas conseguiram, de uma forma ou de outra, desvencilhar-se da condição de submissão. Entretanto, tais personagens constituem raras exceções, cujas experiências não tiveram força capaz de mobilizar as mulheres de suas épocas a buscar pela mesma liberdade. Neste sentido, Harari (2012), complementa que,

Certamente, um punhado de mulheres chegou à posição alfa, como Cleópatra, do Egito, a imperatriz Wu Zetian, da China (c. 700), e Elizabeth I, da Inglaterra. Mas elas são as exceções que confirmam a regra. Durante o reinado de 45 anos de Elizabeth, todos os membros do parlamento eram homens, todos os oficiais da marinha e do exército real eram homens, todos os juízes e advogados eram homens, todos os bispos e arcebispos eram homens, todos os teólogos e sacerdotes eram homens, todos os médicos e cirurgiões eram homens, todos os estudantes e professores de todas as universidades e faculdades eram homens, todos os prefeitos e xerifes eram homens, e quase todos os escritores, arquitetos, poetas, filósofos, pintores, músicos e cientistas eram homens. (HARARI, 2012, p. 163)

As novas religiões, seus discursos e seus textos, trazem uma mulher praticamente 'adestrada', tratando de uma Mulher Virtuosa, temente a Deus e também: bonita. Para hastear análise, Wolf (2018) discorre sobre o mito da beleza, que segundo a autora, é uma deliberação social utilizada para desviar e desgastar as mulheres ante sua busca pela autonomia. A grande pressão acerca da estética esperada, conforme o sucesso, posição e função da mulher, trava a carreira e desacelera o potencial profissional desta. São muitas horas dedicadas exclusivamente à estética e o culto a corpos delineados e praticamente inatingíveis, obsessão por exercícios, uma dismorfia de imagem, logo, a busca nunca cessa, e a mulher nunca está satisfeita, colocando o Brasil como um dos países onde as mulheres mais gastam dinheiro com procedimentos cirúrgicos estéticos, revelando clara inversão de valores e mapeando um problema sério relativo à emancipação da mulher. Assim, a autora revela que



[...] A qualidade chamada “beleza” existe de forma objetiva e universal. As mulheres devem querer encarná-la, e os homens devem querer possuir mulheres que a encarnem. Encarnar a beleza é uma obrigação para as mulheres, não para os homens, situação esta necessária e natural por ser biológica, sexual e evolutiva. Os homens fortes lutam pelas mulheres belas, e as mulheres belas têm maior sucesso na reprodução. A beleza da mulher precisa corresponder à sua fertilidade; e, como esse sistema se baseia na seleção sexual, ele é inevitável e imutável. [...] Nada disso é verdade (WOLF, 2018, p. 29).

Embora tenha melhorado muito a percepção generalizada entre mulheres e homens de que ideais criados pela mídia são, por vezes, falsos ou exagerados, jovens de ambos os sexos sentem que um físico perfeito é uma porta de acesso a uma sexualidade aceitável e esperada, em especial, as mulheres. Neste quesito do mito da beleza, o que a *advocacy feminista* trabalha é a defesa do direito de que a mulher escolha a aparência que deseja ter e o que ela deseja ser, em vez de obedecer ao que impõem as forças do mercado e a indústria multibilionária da propaganda.

Este ideal, para o movimento feminista, também sustenta um fim político. Quanto mais fortes as mulheres se tornam em termos políticos, maior é o peso do ideal de beleza sobre seus ombros, principalmente para desviar sua energia e “solapar seu desenvolvimento” (WOLF, 2018, p. 16), em outras palavras, quanto mais numerosos os obstáculos legais e materiais vencidos pelas mulheres, mais pesadas e cruéis são as imagens da beleza a elas impostas. As novas religiões e a bancada religiosa também trabalham com estas premissas, de uma mulher ‘ideal’.

Como se deu este grande número de parlamentares religiosos? Desde a Constituinte este movimento vem crescendo. Em 1986 eles eram quase 4%. A mudança começa na década de 80 e um dos fatores disso é que com o fim da ditadura muitos atores vieram para a esfera pública: minorias (maiorias esquecidas) como o feminismo, grupos LGBT e os próprios pentecostais. A Universal criou já no início dos anos 90 uma estrutura para distribuir as candidaturas por bairros, quase atuando como um partido político (EL PAÍS, https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378_127760.html).

Homens, conservadores, religiosos, fazendo políticas para mulheres? Não, a mulher é mera coadjuvante. Não passa de um jogo de poder, onde pessoas na carência de sustentar sua fé e na necessidade de se sentir pertencente a um lugar



ainda está tutelada pela apreciação masculina, de seu marido. À mulher cabe este dilema, onde deve pensar na família e na beleza, contudo, onde fica a sua vida profissional, sua privacidade, sua intimidade, suas escolhas conscientes?

O movimento feminista parece lutar pela mutabilidade deste paradigma, uma vez que enxerga estes mitos como algo pelo qual as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriaram.

As qualidades que um determinado período considera belas nas mulheres são apenas símbolos do comportamento feminino que aquele período julga ser desejável. [...] A competição entre elas foi incorporada ao mito para promover a divisão entre elas. A juventude e (até recentemente) a virgindade são “belas” nas mulheres por representarem a ignorância sexual e a falta de experiência. O envelhecimento na mulher é “feio” porque as mulheres, com o passar do tempo, adquirem poder e porque os elos entre as gerações de mulheres devem ser sempre rompidos. As mulheres mais velhas temem as, jovens, as jovens temem as velhas, e o mito da beleza mutila o curso da vida de todas. E o que é mais instigante, nossa identidade deve ter como base a nossa ‘beleza’, de tal forma que permaneçamos vulneráveis à aprovação externa, trazendo nossa autoestima, esse órgão sensível e vital, expostos a todos (WOLF, 2018, p. 31).

Curioso que praticamente todos estes contramovimentos à mulher se dão em nome de instituições ultraconservadoras, como por exemplo, a mulher deve ser ‘bela, recatada e do lar’ (frase famosa direcionada à ex primeira-dama da república Marcela Temer, como algo a se vangloriar, utilizada, após, pelo movimento feminista de forma sarcástica), pelos ‘bons costumes’. Bons costumes ditados pelos ‘cidadãos de bem’, e os cidadãos de bem são constituídos e elencados por ‘Deus’, e assim segue um caminho perigoso, irracional e difícil de combater em termos científicos.

Demasiado pertinente analisar os 10 Mandamentos da Mulher Cristã, adotados principalmente pelas religiões neo-pentecostais atuais, amplamente divulgados: 1) *Ela teme ao Senhor* – e esse temor faz com que veja o marido como se fosse o Senhor Jesus, mesmo que ele seja incrédulo. “*Mas a mulher que teme ao SENHOR, essa será louvada*” (Pv. 31:30) – ver o marido como um ser divino superior, por óbvio, traz uma subalternidade que submete a mulher a um ser de segunda classe, ante o homem; 2) *Ela é sábia* – por isso fala pouco ou só mesmo o necessário. “*O que guarda a boca conserva a sua alma, mas o que muito abre os lábios a si mesmo se arruína*” (Pv. 13:3) – neste mandamento presume-se que uma mulher inteligente é a mulher que se cala, não omite opinião, não tem poder de



CONCLUSÃO

O debate que se trabalha desde meados do século XX até os dias de hoje pela *advocacy feminista* alterou radicalmente o pensamento e o ativismo feministas, operando assim, de forma mais complexa sob o olhar das experiências e necessidades das mulheres, observadas suas diferenças e as desigualdades de classe, raça, sexualidade, etnia e geração.

Assim, com menos representatividade política, como ser ouvida e atendida no Brasil? Políticas públicas para mulheres (políticas ativas e passivas) são elaboradas, ditadas e aprovadas por homens, brancos, ricos, velhos, religiosos (bancada), uma classe favorecida em que nada importa-lhes a mutabilidade deste sistema. Logo, tamanha a importância da busca pela representatividade física e ideológica feminina na política. Este que é mais um obstáculo que o feminismo assevera que deve ser trabalhado, pesquisado, repensado e doutrinado. A questão da representatividade política é tida como um fator-chave para a elaboração de políticas públicas que corroborem com a eliminação à desigualdade de gênero. E para que seja delimitado um novo marco político feminino, é preciso questionar-se acerca dos problemas que o trava: porque as mulheres (ainda) ganham menos do que os homens? Porque as mulheres (ainda) se engajam menos em trabalho remunerado do que os homens? Por que as mulheres (ainda) têm ocupações diferentes das dos homens? Walby (1990, p. 25) sugere que a menor presença das mulheres frente aos homens na política institucional é a 'resposta-mãe' para todas as questões sócio-político-econômicas, portanto, estas têm menos influência. Suas necessidades não são prioridades da agenda pública. E deveriam.

Muito tem se chamado questões expressivas da *advocacy feminista* de 'mimimi', termo pejorativo utilizado para diminuir ainda mais a figura feminina, alegando que questões essenciais de estudos e reivindicações como erradicação do estupro, do feminicídio e do assédio sejam chamados de 'frescura', como sugere a gíria. E pior: inclusive por mulheres.

O feminismo atual trabalha a partir do aceite de que produção do gênero não ocorre isoladamente de outras variáveis que, em certo contexto, são relevantes no posicionamento das pessoas. As mulheres vivem em um ambiente onde não

